



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1280/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

DATA E HORA DO PREGÃO: 19/06/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 19 de junho de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº [7929/2023](#), nº [7843/2023](#), nº [6238/2017](#), nº [6434/2018](#) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 8 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE DOS RECURSOS
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.01	FEDERAL (Repasse Obrigatório)
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2408/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

3.2. O valor estimado da contratação é o conforme o Termo de Referência (Anexo I).

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.externo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

4.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.8. O impedimento de que trata o item **4.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2** e **4.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens **4.7.2** e **4.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item **4.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1** e **9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.alextermo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Parentesco e Vínculo Impeditivo, firmada por seu representante legal em papel timbrado, atestando, sob as penas da lei, que:

- a) Não possui em seu quadro de proprietários, sócios ou empregados, servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante, bem como responsáveis pela condução desta licitação;
- b) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (e até o segundo grau por afinidade), de ocupantes de cargos de direção ou de servidores do órgão ou entidade contratante que atuem na licitação ou na fiscalização do contrato.

5.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

5.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

7.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.23.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.7** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) [Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](#);
- c) [Tribunal de Contas da União](#);
- d) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Unidas – CNEP](#), mantidos pela Controladoria-Geral da União ()

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **5.6** deste edital.

8.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.5.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vício insanável;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.6.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.6.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. Caso o Termo de Referência exija que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.alextermo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKET7 YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.10.1**.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.17. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

- a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.terms.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. A referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

15.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3**, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1 - ANEXO I - Termo de Referência

17.1.1.1 - 1º Apêndice do ANEXO I - Condições Gerais

17.1.1.2 - 2º Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

17.1.1.3 - 3º Apêndice do ANEXO I – Figuras

17.1.1.4 - 4º Apêndice do ANEXO I – Tabela de medidas

17.1.2 - ANEXO II – Planilha Proposta

17.1.3 - ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.4 - ANEXO IV – Minuta de Contrato

17.1.5 - ANEXO V – Cadastro Reserva

Praia Grande, 22 de maio de 2026.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURICIO DA SILVA PETIZ

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.terms.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Registro de Preço para Aquisição de Uniformes Brim, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no “**1º APÊNDICE DO ANEXO I – CONDIÇÕES GERAIS e 4º APÊNDICE DO ANEXO I - TABELA DE MEDIDAS**”.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano**, prorrogável por igual período, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. Decorrido o prazo de um ano da vigência da ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.133/2021.

1.4.2. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, a renovação do quantitativo originalmente registrado ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não constituindo obrigação automática de sua repetição.

1.5 O fornecimento do objeto é enquadrado como não continuado.

1.6 O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Atualmente temos aproximadamente 1.257 servidores lotados na Secretária sendo que a maioria executa serviços braçais ao ar livre. A aquisição de uniformes específicos é de extrema importância, não apenas para garantir melhores condições de trabalho, mas também para atender a requisitos de segurança, padronização e valorização dos profissionais. A SESURB é dividida em setores responsáveis pelos seguintes serviços: limpeza urbana região 1-2-3, manutenção de próprios, serviços gerais, manutenção de praças e áreas verdes, manutenção de drenagem, cemitério municipal, iluminação pública entre outros. A zeladoria de uma cidade envolve uma série de desafios e problemas que precisam ser abordados para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a funcionalidade do ambiente urbano. Aqui estão alguns dos principais problemas que a zeladoria urbana geralmente enfrenta:

2.1.1 Acúmulo de Lixo e Resíduos: Gerenciar e eliminar resíduos sólidos urbanos de forma eficiente é crucial para manter a cidade limpa. Problemas incluem falta de coleta adequada, reciclagem insuficiente e acúmulo de lixo em áreas públicas.

2.1.1.1 A limpeza realizada pela Prefeitura de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos (Sesurb), na faixa de areia e calçadão durante o Réveillon 2023/2024 **recolheu 1.367,88 toneladas de lixo**. O trabalho foi iniciado na madrugada do dia 1º de janeiro, por volta das 2 horas, sendo retomado na tarde do mesmo dia. A ação da Sesurb contou com a presença de cerca de 650 funcionários, na primeira limpeza dos 22,5 km de orla da Cidade, que começou na madrugada e finalizou às 11h, foram retiradas

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

742.9 toneladas de lixo, resultado da festada virada. No reforço da limpeza, realizado a partir das 17h, mais 624,9 toneladas de resíduos foram retiradas da areia e do calçadão.

2.1.1.2 Durante o carnaval a quantidade de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçadão dos dias 10, 11, 12, 12 e 14 de fevereiro de 2024 foram de 556.30 toneladas.

2.1.1.3 Fora da alta temporada a média de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçadão é de 1.247 toneladas.

2.1.2 Manutenção de Áreas Verdes: Parques, jardins e áreas verdes exigem cuidados regulares, incluindo poda de árvores, corte de grama e remoção de plantas invasivas. A falta de manutenção pode levar ao declínio estético e à perda de biodiversidade.

2.1.3 Conservação de Infraestrutura Urbana: Calçadas, ruas, pontes e edifícios públicos precisam de reparos e manutenção contínuos para prevenir deterioração. Buracos, rachaduras e estruturas danificadas representam riscos para a segurança e a acessibilidade.

2.1.4 Limpeza de Bueiros e Sistemas de Drenagem: Bueiros e sistemas de drenagem entupidos podem causar alagamentos e problemas de escoamento, especialmente durante tempestades. A manutenção regular é essencial para evitar esses problemas.

2.1.5 Controle de Pragas e Vetores: Infestações de pragas, como ratos, baratas e mosquitos, podem ser um problema significativo em áreas urbanas. Programas de controle e prevenção são necessários para minimizar o impacto na saúde pública.

2.1.6 Segurança Urbana: A manutenção da segurança em áreas públicas inclui a iluminação adequada, a sinalização clara e a supervisão de espaços que possam se tornar pontos de crime ou vandalismo.

2.1.7 Gestão de Águas Pluviais: O controle adequado das águas pluviais e a prevenção de enchentes exigem uma boa infraestrutura de drenagem e a manutenção de sistemas que evitam o acúmulo de água em ruas e áreas públicas.

2.1.8 Preservação do Patrimônio Histórico: Muitos centros urbanos possuem edifícios e monumentos históricos que precisam de cuidados especiais para preservação e restauração, equilibrando o desenvolvimento moderno com a conservação do patrimônio cultural.

2.1.9 Esses problemas exigem uma abordagem integrada e colaborativa entre as autoridades municipais, os trabalhadores da zeladoria e a comunidade para garantir um ambiente urbano limpo, seguro e funcional.

2.1.10 Atualmente temos aproximadamente 1.330 servidores lotados na Secretária sendo que a maioria executa serviços braçais ao ar livre. A aquisição de uniformes específicos é de extrema importância, não apenas para garantir melhores condições de trabalho, mas também para atender a requisitos de segurança, padronização e valorização dos profissionais. A seguir, destacam-se os principais motivos que fundamentam essa compra:

2.1.10.1 Segurança e Proteção do Trabalhador: O uso de uniformes apropriados, como roupas com elementos de alta visibilidade, é fundamental para garantir a segurança dos trabalhadores. A execução dessas atividades ocorre frequentemente em áreas com tráfego intenso de veículos e circulação de pessoas. Uniformes de alta visibilidade, como coletes refletivos, proporcionam maior proteção ao tornar

Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS. Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.alextermo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

os trabalhadores mais visíveis, reduzindo o risco de acidentes e permitindo a rápida identificação durante as intervenções em vias públicas e praias.

2.1.10.2 Identificação Profissional e Padronização: Uniformes padronizados são essenciais para a criação de uma identidade visual clara e organizada, o que facilita a identificação dos trabalhadores pela população e por outros profissionais. A padronização também contribui para a coesão da equipe, transmitindo um padrão de qualidade e organização, e reforçando a imagem de uma gestão pública comprometida com a eficiência e a boa prestação de serviços.

2.1.10.3 Conforto e Desempenho no Trabalho: As condições de trabalho nas vias urbanas e nas praias podem ser desafiadoras, com exposição ao sol intenso, ao vento e à umidade. O fornecimento de uniformes adequados, compostos por materiais leves, respiráveis e resistentes, assegura que os trabalhadores realizem suas funções de maneira confortável e eficiente. Uniformes adaptados às necessidades específicas do trabalho contribuem diretamente para a manutenção da saúde do trabalhador e o aumento da produtividade.

2.1.10.4 Higiene e Prevenção de Doenças: Os servidores braçais, estão em contato com resíduos, sujeira e, por vezes, materiais que podem ser prejudiciais à saúde. O fornecimento de uniformes adequados ajuda a proteger a integridade física dos colaboradores, prevenindo o contato direto com substâncias nocivas e melhorando as condições de higiene. Além disso, a utilização de uniformes facilita a troca regular de vestimenta, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas ao ambiente de trabalho.

2.1.10.5 Valorização do Trabalhador e Moral da Equipe: A disponibilização de uniformes adequados é um reflexo do compromisso com o bem-estar e a valorização dos trabalhadores. Ao fornecermos os uniformes necessários para um trabalho mais seguro, confortável e eficiente, a organização demonstra respeito e cuidado pelos seus colaboradores. Isso impacta positivamente na moral da equipe, gerando maior comprometimento e engajamento nas atividades desempenhadas, além de contribuir para um ambiente de trabalho mais colaborativo.

2.2. A adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória é a mais compatível com os princípios da economicidade, transparência, e eficiência, assegurando ampla competitividade e atendimento aos interesses da Administração. Com isso, o órgão público pode realizar compras em maior quantidade ao longo do tempo, o que tende a gerar preços mais competitivos e condições mais favoráveis, aproveitando as economias de escala. A administração pública poderá adquirir os itens conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de comprar tudo de uma vez. Isso evita o acúmulo de estoque e permite uma gestão mais eficiente dos recursos. A modalidade de pregão, especialmente o eletrônico, estimula a concorrência entre os fornecedores, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, tanto em termos de preço quanto de qualidade.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025) conforme detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. Para atendimento à demanda em questão, propõe-se a realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, com a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, visando à **aquisição de uniformes confeccionados em tecido brim**, destinados aos servidores desta Secretaria e de demais Secretarias Municipais.

3.1.1. Justificativa da adoção do Pregão Eletrônico

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se no fato de tratar-se da aquisição de **bem comum**, conforme definição do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de item padronizado, amplamente disponível no mercado, cuja especificação pode ser descrita de forma objetiva, sem necessidade de análises técnicas complexas.

3.1.2. Os uniformes em tecido brim possuem características usuais conhecidas, cuja qualidade pode ser aferida por **critérios objetivos**, tais como:

- Tipo e gramatura do tecido;
- Composição do material (percentual de algodão e poliéster);
- Resistência à abrasão;
- Solidez da cor;
- Qualidade da costura, modelagem e acabamento.

3.1.2.1. Por se tratar de item com padrão de mercado consolidado, o Pregão Eletrônico mostra-se adequado, eficiente e aderente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, além de ampliar a competitividade e garantir maior transparência e economicidade.

3.1.3. Justificativa da adoção do Sistema de Registro de Preços: A adoção do **Sistema de Registro de Preços** é adequada ao objeto e está alinhada ao art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes do Decreto Municipal nº 7.018/2020, tendo em vista que:

- A demanda por uniformes ocorre de forma **pontual e variável**, de acordo com a necessidade das unidades administrativas;
- Não é possível prever com exatidão o **quantitativo a ser adquirido ao longo do período de vigência da ata**, considerando-se fatores como rotatividade de servidores, reposição por desgaste e ampliação de equipes;
- O Registro de Preço permite maior **flexibilidade, planejamento, economicidade e eficiência**, evitando compras desnecessárias e garantindo o atendimento tempestivo das demandas reais da Administração.

3.1.3.1. Assim, o Registro de Preços atende plenamente às características do objeto e às necessidades administrativas, permitindo contratações sob demanda, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral do quantitativo estimado.

3.1.3.2. Benefícios esperados

Além da economicidade e da ampliação da competitividade, o Pregão Eletrônico em SRP:

- Reduz custos operacionais da Administração;
- Agiliza o processo de contratação;
- Garante maior transparência e rastreabilidade;
- Assegura a obtenção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a qualidade do objeto.

3.1.3.3. Portanto, considerando que o item caracteriza-se como bem comum, que sua aquisição visa ao interesse público e que os mecanismos do SRP proporcionam eficiência e segurança jurídica, a adoção do **Pregão Eletrônico com Registro de Preços** é a solução mais adequada e recomendada.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.1.3.4. A estimativa de consumo foi elaborada conforme preconiza o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que determina que as contratações sejam precedidas de **estimativa de quantidades baseada em consumo ou demandas efetivas**, utilizando-se dados históricos e projeções fundamentadas.

3.1.3.5. Embora a escolha pela adoção do Sistema de Registro de Preços extrapole, em tese, a competência meramente técnica desta Diretoria, esclarece-se que o objeto atende às hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 7.018/2020, art. 3º, que orienta a adoção preferencial do SRP quando:

- O objeto é utilizado de forma **recorrente**;
- Não é possível definir previamente o **quantitativo exato** a ser adquirido;
- A aquisição deve ocorrer conforme **necessidade das unidades administrativas**.

3.1.3.6. A planilha estimativa anexa foi elaborada com base:

- No número de servidores das unidades administrativas;
- No histórico de consumo dos exercícios anteriores;
- **Nas necessidades operacionais previstas.**

3.1.3.7. Assim, tendo em vista que não é possível determinar previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, a adoção do **Registro de Preços** revela-se a medida mais adequada para garantir flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.2. As especificações dos itens estão definidas de forma clara, concisa e objetiva, conforme tabela a seguir:

ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	INTERNET		EMPRESAS			VALOR ESTIMADO	
			EMPRESA	PREÇO	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	UNITÁRIO	TOTAL
1	BERMUDA MODELO FEMININO	1842	EB CONFECCOES	R\$ 85,00	R\$ 125,00	R\$ 95,00	R\$ 190,00	R\$ 123,75	R\$ 227.947,50
2	BERMUDA MODELO MASCULINO	4340	EB CONFECCOES	R\$ 85,00	R\$ 125,00	R\$ 105,00	R\$ 190,00	R\$ 126,25	R\$ 547.925,00
3	CALÇA MODELO FEMININO	1842	MAPA	R\$ 75,90	R\$ 155,00	R\$ 120,00	R\$ 230,00	R\$ 145,23	R\$ 267.513,86
4	CALÇA MODELO MASCULINO	4340	MAPA	R\$ 75,90	R\$ 155,00	R\$ 120,00	R\$ 230,00	R\$ 145,23	R\$ 630.298,20
5	CAMISA COM MANGA COMPRIDA	5520	SUPER EPI	R\$ 85,28	R\$ 135,00	R\$ 115,00	R\$ 200,00	R\$ 133,82	R\$ 738.686,40
6	CAMISA EM BRIM GOLA ITALIANA	5520	-	-	R\$ 125,00	R\$ 110,00	R\$ 180,00	R\$ 138,33	R\$ 763.581,60
7	CAMISA EM BRIM SEM MANGA GOLA V	5520	-	-	R\$ 125,00	R\$ 110,00	R\$ 180,00	R\$ 138,33	R\$ 763.581,60
8	MACACÃO INDUSTRIAL	350	VESTY EMPRESA	R\$ 350,00	R\$ 300,00	R\$ 225,00	R\$ 330,00	R\$ 301,25	R\$ 105.437,50
VALOR TOTAL								R\$ 4.044.971,46	

3.3. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item do portal Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.4. Demais descrições da solução como um todo encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.

3.5. Imagens Ilustrativas: As imagens, constantes no **3º Apêndice do ANEXO I**, ilustram as características detalhadas dos uniformes a serem fornecidos, conforme as especificações mencionadas acima.

3.6 Tabela de Medidas: A tabela de medidas, constantes no **4º Apêndice do ANEXO I**, informam as medidas padrões dos uniformes do município, essas medidas devem ser observadas rigorosamente para todos os itens mencionados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade: A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

4.2. Indicação de marca ou modelo: As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço: A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.

4.4. Da apresentação e análise das amostras: Para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações do Termo de Referência, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar **amostras dos uniformes em brim ofertados, no prazo de 15 (quinze) dias corridos**, após o julgamento e classificação das propostas, atendendo às seguintes condições:

4.4.1. Peça Piloto (Uniforme em Brim): A licitante deverá entregar: **01 (uma) unidade do uniforme**, correspondente ao item licitado, em **qualquer um dos tamanhos previstos no item 1.1 do Termo de Referência**, devendo:

- Ser apresentada na **embalagem original de fornecimento**;
- Estar **perfeitamente identificada** com nome da empresa, CNPJ, número do edital/processo e indicação do item a que corresponde;
- Representar fielmente o produto final a ser fornecido em caso de contratação.
- **Não necessitar de bordado, estampa ou logotipo para fins de análise da amostra.**

4.4.2. Amostra do Tecido Brim: A licitante deverá apresentar: **01 (uma) amostra do tecido brim**, medindo **1 metro por 1 metro**, destinada à análise da conformidade do material bruto, permitindo aferição técnica quanto a:

- Composição (percentual de algodão e poliéster);
- Gramatura;
- Textura e toque;
- Solidez da cor;
- Resistência ao desgaste;
- Demais características relevantes previstas nas especificações técnicas.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.4.3. As amostras poderão ser submetidas a testes físicos e visuais, quando necessário, sem obrigatoriedade de devolução à licitante. A aprovação das amostras é condição indispensável para a habilitação e futura contratação da licitante vencedora.

4.4.4. Quadro técnico de critérios de avaliação das amostras:

QUADRO – CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES EM BRIM

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	FORMA DE AVALIAÇÃO	RESULTADO ESPERADO
Composição do Tecido	Percentual de algodão e poliéster conforme especificação.	Análise visual e tátil; ficha técnica da empresa.	Conformidade total com o edital.
Gramatura	ESP (g/m ²) adequada ao uso profissional.	Medição por instrumento ou conferência documental.	Igual ou superior à mínima exigida.
Costura e Acabamento	Reforços, pespontos, qualidade da linha, simetria.	Inspeção visual.	Costura firme, uniforme e sem falhas.
Modelagem	Tamanhos padronizados; caimento; medidas.	Comparação com tabela de medidas do TR.	Conformidade com medidas declaradas.
Solidez da Cor	Resistência ao desbotamento por atrito.	Teste simples de atrito manual.	Cor sem soltura significativa.
Conforto e Ergonomia	Maciez, respirabilidade, flexibilidade.	Avaliação tátil e de manipulação.	Conforto adequado para uso contínuo.

4.4.5. Objetivos da Apresentação das Amostras: A apresentação das amostras tem por finalidade permitir que a Comissão de Licitação ou equipe técnica:

- **Avalie a conformidade técnica** dos uniformes com as especificações exigidas;
- Verifique a **qualidade do material**, especialmente quanto à respirabilidade, leveza, conforto e durabilidade do tecido;
- Reduza riscos de **fornecimento de produto divergente ou inferior** ao proposto, mitigando eventuais inconsistências que possam comprometer o uso pelos servidores;
- Possibilite uma **avaliação concreta, objetiva e tangível**, contribuindo para maior segurança na decisão administrativa.

4.4.5.1. Assim, a apresentação de amostras configura-se como instrumento **idôneo, proporcional e necessário**, destinado a proteger o interesse público, garantindo que os uniformes em brim atendam às necessidades dos servidores e assegurem conforto, segurança e qualidade no ambiente de trabalho.

4.4.5.2. Consequências da Não Conformidade: A não apresentação das amostras dentro do prazo estabelecido, ou a apresentação de amostras que não estejam em conformidade com as exigências do edital, acarretará a **desclassificação da licitante**, sendo convocada a próxima colocada, conforme disciplina da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Garantia: Não haverá exigência de garantia da contratação.

4.6. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Da contratação:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.7.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.7.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.7.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.8. Da rescisão:

4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de entrega:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.1.1. O prazo para a entrega dos produtos será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata ou do contrato, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante **não havendo prorrogação no prazo da entrega**.

5.1.2. A entrega deverá ser realizada nos endereços abaixo relacionados. Poderão ser incluídos novos endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria Requisitante.

SECRETARIA	SETORES	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
SESURB	Almoxarifado (SECRETARIA)	Av. Costa e Silva, 794 – Boqueirão - PG/SP
SECTUR	Secretaria de Cultura e Turismo	Av. Costa e Silva, 1600 – Boqueirão - PG/SP
SEDUC	Secretaria de Educação	Rua Fernando Di Estéfano, 160 – Jardim Quietude – PG/SP

5.1.3. O produto, objeto da Ata de Registro de Preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.

5.1.4. Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega, e avaliarão as condições físicas do produto. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser repostada por outra, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

5.1.5. O bem deve ser entregue juntamente com a sua respectiva nota fiscal. A nota fiscal emitida deverá estar acompanhada de uma via do recibo citado, para conferência de cada setor e na mesma devem ser mencionados o número do empenho e o contrato correspondente.

5.1.6. Corre por conta da EMPRESA detentora da Ata ou do contrato, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

5.1.7. Em caso de serviço terceirizado de entrega, cabe a contratada a responsabilidade de fiscalizar se a empresa cumpre todas as exigências da legislação e do edital.

5.1.8. É de responsabilidade da contratada verificar e conferir os locais e endereços de entrega devendo arcar com quaisquer danos ocasionados.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO.

6.1. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.terms.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDR7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos (lei nº 14.133/21 art. 117 caput) e (Decreto 7.929/2023 Capítulo II, Seção IV) conforme segue abaixo:

6.6.1. Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.6.2. Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

6.6.3. Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.7. Sanções e infrações administrativas:

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.7.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.7.1.2 a 6.7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.7.1.5 a 6.7.1.8.”, bem como nas alíneas “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.2.4. Multa:

6.7.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o preço da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

6.7.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.7.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao preço do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse preço, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º d o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.7.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.7.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.7.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.7.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.7.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto: Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 dias** úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.3.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no preço dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

7.7. Prazo de pagamento:

7.7.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora no corpo da Nota Fiscal, no prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar da documentação fiscal e entrega total do material, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

7.7.2. Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;

7.7.3. Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.

7.7.4. Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese;

7.7.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo do IPCA – IBGE, calculado *pro rata die*.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, sistema **REGISTRO DE PREÇO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

8.2. Exigências de habilitação:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação Jurídica

8.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

8.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Este documento foi assinado digitalmente e o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.2.1.2.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.

8.2.1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital]] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.2.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.1.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.3. Qualificação Técnica: Não se aplica.

8.4. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

8.5. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.

8.6. Forma de adjudicação: Global.

8.7. Critério de julgamento das propostas: Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R\$ 4.044.971,46 (quatro milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos).**

9.2. A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo preço global para aquisição total dos materiais foi estimado mediante a realização de pesquisa de mercado e estimado em planilha onde constam os preços unitários, médio e total de cada item que servirão de parâmetro para a realização do certame.

9.3. A metodologia empregada na pesquisa foi de consulta a fornecedores do ramo via internet, disponibilização de pesquisa de preços no site do Município e cadastro de fornecedores desta Prefeitura.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos conforme relacionado abaixo:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. DE APLICAÇÃO
SESURB	2592	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.23	1	1.100.000
	6376	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.23	5	1.000.288
SECTUR	3010	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.30.23	1	110.0000
SEDUC	7005	09.02.00 / 12.361.2006.2408 / 3.3.90.30.23	1	220.0000





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1º APÊNDICE DO ANEXO I - Condições Gerais

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BERMUDA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	448854	UNID.	1842	R\$ 123,75	R\$ 227.947,50
2	BERMUDA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante na mesma cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	448854	UNID.	4340	R\$ 126,25	R\$ 547.925,00
3	CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e	610471	UNID.	1842	R\$ 145,23	R\$ 267.513,66

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QR Code ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5CB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.					
4	CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	610470	UNID.	4340	R\$ 145,23	R\$ 630.298,20
5	CAMISA COM MANGA COMPRIDA com gola italiana, sem punho, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, sem botão, em brim profissional 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, um bolso do lado esquerdo na cor Verde Bandeira também com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis e gola Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	477854	UNID.	5520	R\$ 133,82	R\$ 738.686,40
6	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, gola tipo italiana na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis. MANGA CURTA com tarja	471311	UNID.	5520	R\$ 138,33	R\$ 763.581,60

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escrete o QRCode ou acesse: <https://assinadbrdgitexterno.praia grande.sp.gov.br/consultar> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.					
7	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, com gola tipo V na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis, SEM MANGA com mesmo acabamento do bolso nas cavas. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	471310	UNID.	5520	R\$ 138,33	R\$ 763.581,60
8	MACACÃO INDUSTRIAL , em brim 100% algodão gramatura 260 gr/m², +/- 5%, sarja 3/1 na cor azul marinho, código pantone 19-4010TPX, com o fechamento em zíper em metal frontal, manga comprida removível com fechamento em zíper reforçado, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas na altura do peito e nas duas pernas com neon de 50mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20mm na cor prata costurada centralizada. Na altura da lombar aplicação de elástico de 4 cm nas costas para maior flexibilidade. Deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos: P-M-G-GG-EG.	314887	UNID.	350	R\$ 301,25	R\$ 105.437,50
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.044.971,40

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escreva o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consul> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74

Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2º APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Secretaria de Serviços Urbanos

O Município de Praia Grande, reconhecido como um do destino turístico mais procurado do litoral paulista e destacado polo de desenvolvimento no litoral paulista, apresenta contínuo crescimento populacional e turístico. Suas belezas naturais, infraestrutura urbana e oferta diversificada de lazer atraem, em média, seis mil turistas diariamente, além de pessoas interessadas em fixar residência. A orla marítima, com 22,5 quilômetros de extensão, urbanizada e dotada de ciclovias, quiosques, espaços infantis e eventos esportivos e culturais de grande porte, reforça o interesse turístico e contribui para a valorização da Cidade. Em períodos de alta temporada, a população flutuante chega a quadruplicar, ultrapassando a marca de 1,5 milhão de pessoas em datas comemorativas como Natal, Ano Novo e Carnaval. Atualmente, a população residente no Município é de aproximadamente 330 mil habitantes, conforme dados oficiais. O Município vem experimentando significativo desenvolvimento em diversas áreas, consolidando-se como referência em qualidade de vida, tranquilidade e infraestrutura completa, tornando-se local preferencial para famílias que buscam residir afastadas da agitação da capital e cidades vizinhas. Nesse contexto, a Administração Municipal tem investido continuamente na melhoria da estrutura urbana e dos equipamentos públicos, visando atender às demandas da população.

Competência da Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB):

A Secretaria de Serviços Urbanos é responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos serviços de manutenção dos equipamentos públicos e vias urbanas do Município. Entre as atribuições da Secretaria destacam-se:

- Limpeza da faixa de areia e do calçamento;
- Limpeza e manutenção dos canais, valas a céu aberto e equipamentos da rede de drenagem pluvial, como caixas de passagem e bocas de lobo;
- Varrição das ruas;
- Manutenção de praças;
- Raspagem de areia da sarjeta;
- Pintura de guias;
- Remoção de materiais inservíveis, tais como móveis e eletrodomésticos descartados irregularmente em vias públicas;
- Limpeza de terrenos públicos.

Para organização operacional, a SESURB é estruturada em setores específicos, abrangendo limpeza urbana, manutenção da orla, drenagem, iluminação pública e serviços gerais.

Problemática da Zeladoria Urbana:

A zeladoria urbana enfrenta diversos desafios que impactam diretamente a qualidade de vida e a funcionalidade do ambiente urbano, destacando-se os seguintes problemas:

- **Acúmulo de Lixo e Resíduos Sólidos:** A gestão eficiente dos resíduos sólidos urbanos é fundamental para manter a limpeza e a salubridade do Município. Problemas recorrentes incluem a coleta inadequada, insuficiência na reciclagem e acúmulo de lixo em áreas públicas. Durante o Réveillon 2023/2024, a limpeza da faixa de areia e do calçamento resultou na remoção de 1.367,88 toneladas de resíduos, mobilizando aproximadamente 650 servidores da SESURB. No Carnaval de 2024, foram retiradas 556,30 toneladas de resíduos da faixa de areia e calçamento em cinco dias de festividades. Fora da alta temporada, a média mensal de resíduos removidos da orla é de 1.247 toneladas.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- **Manutenção de Áreas Verdes:** Parques, jardins e outras áreas verdes demandam cuidados regulares, tais como poda, corte de grama e controle de espécies invasoras, visando a preservação estética, ambiental e funcional desses espaços.
- **Conservação da Infraestrutura Urbana:** Calçadas, vias públicas, pontes e edificações necessitam de reparos e manutenção contínuos para assegurar a segurança e acessibilidade da população.
- **Limpeza e Manutenção dos Sistemas de Drenagem:** A desobstrução periódica de bueiros e sistemas de drenagem é imprescindível para evitar alagamentos e garantir o adequado escoamento das águas pluviais.
- **Controle de Pragas e Vetores:** A prevenção e controle de pragas urbanas, como roedores e insetos vetores, são essenciais para a saúde pública.
- **Segurança Urbana:** A zeladoria deve contemplar aspectos relacionados à segurança, incluindo iluminação pública eficiente, sinalização adequada e supervisão das áreas públicas para minimizar riscos de criminalidade e vandalismo.
- **Gestão de Águas Pluviais:** A manutenção da infraestrutura de drenagem contribui para o controle eficiente das águas pluviais, prevenindo enchentes e danos ao patrimônio público e privado.
- **Preservação do Patrimônio Histórico:** A conservação dos bens culturais e históricos requer cuidados específicos, conciliando a proteção do patrimônio com o desenvolvimento urbano. Atualmente temos aproximadamente 1.330 servidores lotados na Secretária sendo que a maioria executa serviços braçais ao ar livre. A aquisição de uniformes específicos é de extrema importância, não apenas para garantir melhores condições de trabalho, mas também para atender a requisitos de segurança, padronização e valorização dos profissionais.

Fundamentação para a Aquisição dos Uniformes:

- A aquisição de **uniformes confeccionados em brim**, apropriados para o desempenho de atividades operacionais externas, revela-se indispensável, com amparo nos princípios da **eficiência, vantajosidade da contratação, promoção da saúde e segurança do trabalho** e da **dignidade do trabalhador**, conforme a **Lei nº 14.133/2021**. A seguir, destacam-se os fundamentos técnicos e operacionais da demanda:
- **Segurança e Proteção do Trabalhador:** Os servidores atuam, em sua maioria, em vias públicas e ambientes com circulação de veículos e pessoas. Uniformes com elementos de **alta visibilidade** (ex.: faixas refletivas), aliados ao uso de tecidos resistentes como o **brim**, garantem maior proteção física, **reduzindo riscos de acidentes** e **facilitando a identificação dos trabalhadores em campo**.
- **Identificação e Padronização Visual:** A utilização de uniformes padronizados promove a **identificação institucional** e fortalece a imagem da Administração Pública perante a população. A padronização também melhora a organização e a coesão entre as equipes, facilitando a supervisão e o controle das atividades.
- **Conforto e Condições Adequadas de Trabalho:** Dadas as condições climáticas da cidade litorânea e a exposição prolongada ao sol, vento e umidade, torna-se fundamental o fornecimento de vestimentas produzidas com **materiais resistentes, respiráveis e adequados ao esforço físico** exigido. Uniformes confortáveis contribuem diretamente para o desempenho, produtividade e bem-estar do servidor.
- **Higiene, Saúde e Prevenção de Doenças:** Os trabalhadores frequentemente entram em contato com resíduos urbanos, detritos e materiais que podem representar riscos à saúde. O fornecimento regular de uniformes permite a troca periódica e contribui para **evitar a exposição direta a agentes contaminantes**, promovendo a higiene no ambiente laboral.
- **Valorização do Servidor:** A disponibilização de uniformes condizentes com as necessidades da função representa um ato de valorização e respeito ao servidor público. Essa iniciativa impacta





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

positivamente na **motivação, autoestima e engajamento dos trabalhadores**, promovendo um ambiente mais saudável e colaborativo.

Conclusão: Diante do exposto, a aquisição de **uniformes em brim para os servidores da Secretaria de Serviços Urbanos** é medida **necessária, oportuna e justificada**, sendo essencial para a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos urbanos, em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos na **Lei nº 14.133/2021**, notadamente, a contratação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, por se tratar de bens padronizados, com especificações usuais no mercado e que possibilitam definição objetiva do objeto.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2025, em conformidade com detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens a serem adquiridos enquadram-se na categoria de **bens comuns**, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por se tratarem de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, mediante especificações usuais de mercado. Considerando que a aquisição ocorrerá por meio de Intenção de Registro de Preços, os requisitos da contratação observarão as disposições do Termo de Referência, sendo a participação restrita aos casos em que tais requisitos atenderem integralmente às necessidades da Unidade Requisitante. O objeto comum será contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico.

Natureza da contratação:

- Quanto à natureza continuada ou não dos serviços: **não se aplica**.
- O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.
- Decorrido o prazo inicial e havendo prorrogação, os preços registrados poderão ser **atualizados pela variação do IPCA-E** ou por índice que venha a substituí-lo, observadas as diretrizes do artigo 182 da Lei nº 14.133/2021.
- A eventual **renovação do quantitativo registrado** ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não configurando obrigação de repetição automática.

Condições de fornecimento:

- Os bens deverão ser **novos, acondicionados em embalagens originais, lacradas**, e acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, conforme aplicável.
- A contratada deverá adotar práticas sustentáveis, reduzindo impactos ambientais, especialmente quanto ao uso de **embalagens individuais recicláveis**, adequadas ao transporte e armazenamento.
- Os itens passíveis de **descarte seletivo** serão encaminhados aos pontos de coleta específicos (Ecopontos), de forma a assegurar a destinação final ambientalmente adequada.

Recebimento e vistoria:

- A **Unidade Requisitante** realizará vistoria no ato da entrega, avaliando as condições físicas do produto.
- Caso não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser **recusada ou devolvida**, devendo a contratada providenciar a substituição imediata, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Prazos:

- O prazo máximo para entrega será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pela contratada, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento expedido pela Unidade Requisitante.
- Facultativamente, e desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante, o prazo poderá ser **prorrogado uma única vez, por igual período**.
- Eventuais danos decorrentes do transporte correrão por conta exclusiva da contratada.

Garantia:

- **Não será exigida garantia** da contratação.
- Demais condições aplicáveis à execução e à vigência constarão da Ata de Registro de Preços.

Especificações técnicas dos itens:

Para a definição das especificações técnicas, foram considerados os seguintes aspectos relativos aos **uniformes em tecido de brim**:

- **Durabilidade:** tecido resistente a rasgos e ao desgaste no uso cotidiano;
- **Segurança:** tecido que proporciona maior proteção em atividades manuais e industriais;
- **Facilidade de manutenção:** boa resistência às lavagens frequentes;
- **Custo-benefício:** equilíbrio entre o investimento inicial e a vida útil prolongada do uniforme.

Contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto:

- Processo 24029/2018 – Pregão: 235/2017, Vigência: 28/08/2019.
- Processo 4342/2021 – Pregão: 061/2019, Vigência: 16/02/2022.
- Processo Digital 3267/2024 – Pregão: 275/2023, Vigência: 19/09/2025.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi elaborada de forma criteriosa, considerando parâmetros objetivos e alinhados às necessidades da Administração. Foram observados os seguintes aspectos:

- **Número de servidores ativos:** levantamento atualizado do quantitativo de colaboradores que farão uso dos itens, garantindo que todos sejam contemplados;
- **Histórico de consumo dos anos anteriores:** análise das aquisições e do consumo efetivo em exercícios passados, de modo a aferir o comportamento da demanda e evitar estimativas superdimensionadas;
- **Substituição por desgaste natural:** previsão de reposição de itens que apresentem deterioração em razão do uso contínuo, considerando a vida útil média do material;
- **Novas demandas durante a vigência contratual:** possibilidade de expansão ou alteração das atividades da Unidade Requisitante, bem como movimentações de pessoal, que possam impactar no quantitativo demandado;
- **Margem de segurança operacional:** inclusão de pequena reserva técnica destinada a atender situações imprevistas, sem comprometer a regularidade do fornecimento;
- **Compatibilidade com a vigência do contrato:** a estimativa foi projetada para o período de **1 (um) ano**, prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, assegurando a disponibilidade dos itens durante todo o exercício contratual.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Dessa forma, a estimativa de quantidades visa assegurar o atendimento integral às necessidades institucionais, observando os princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QTDE
1	BERMUDA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	1842
2	BERMUDA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante na mesma cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4340
3	CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	1842
4	CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4340
5	CAMISA COM MANGA COMPRIDA com gola italiana, sem punho, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, sem botão, em brim profissional 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, um bolso do lado esquerdo na cor Verde Bandeira também com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis e gola Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520
6	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, gola tipo italiana na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis. MANGA CURTA com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520
7	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, com gola tipo V na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis, SEM MANGA com mesmo acabamento do bolso nas cavas. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520
8	MACACÃO INDUSTRIAL , em brim 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor azul marinho, código pantone 19-4010TPX, com o fechamento em zíper em metal frontal, manga comprida removível com fechamento em zíper reforçado, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas na altura do peito e nas duas pernas com neon de 50mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20mm na cor prata costurada centralizada. Na altura da lombar aplicação de elástico de 4 cm nas costas para maior flexibilidade. Deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos: P-M-G-GG-EG.	UNID.	350

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Justificativa: Para utilização na manutenção das unidades de Educação Municipal.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO – Justificativa: Visando a proteção dos servidores trabalhadores e eletricitas lotados nesta Secretaria de Cultura e Turismo, a aquisição de uniformes torna-se um importante item do EPI destes que trabalham na prevenção e limpeza do morro ao entorno do Palácio das Artes, cuidam do estacionamento, montam eventos externos sempre que necessários, muitas das vezes expostos as intempéries, além da prevenção e limpeza do Parque Ézio Dall' Acqua (Portinho), Kartódromo e Pavilhão de Eventos Jair Rodrigues.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de aquisição de **uniformes**, considerando que o bem é de uso individual e exclusivo de cada servidor, sendo recomendada a sua substituição periódica. A medida tem por finalidade **garantir a adequada execução das atividades institucionais**, promover a **padronização visual e a identificação imediata dos funcionários**, além de contribuir para a **segurança dos trabalhadores e da população atendida**.

Verificou-se que os itens a serem adquiridos são **bens comuns, de ampla oferta no mercado**, com padrões de qualidade e desempenho objetivamente definíveis, o que possibilita a realização da licitação na modalidade **pregão eletrônico**, a qual se mostra a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração.

Para a elaboração deste levantamento foram observados os seguintes parâmetros:

- **Análise das últimas contratações realizadas pela Administração Municipal** para bens de natureza semelhante;
- **Pesquisa de preços no mercado nacional**, incluindo consultas a fornecedores e registros disponíveis em portais especializados;
- **Referências obtidas em contratações similares de outros órgãos e entidades públicas**, a fim de aferir práticas usuais e padrões de fornecimento;
- **Verificação da ampla oferta em meios digitais e comerciais**, confirmando a competitividade do setor.

A adoção da forma eletrônica, por meio de **pregão**, atende aos princípios da **economicidade, publicidade, transparência e eficiência**, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando maior participação de fornecedores, obtenção de preços competitivos e regularidade no abastecimento de uniformes durante a vigência contratual.

Com base nas pesquisas de mercado realizadas, identificaram-se três alternativas possíveis para o atendimento da necessidade da Administração Pública em relação ao fornecimento de uniformes para os servidores: aquisição direta, locação e concessão de subsídio/reembolso. Cada solução foi analisada quanto às suas vantagens e desvantagens, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

Solução 1 – Aquisição de Uniformes

Vantagens:

- **Propriedade permanente:** os uniformes passam a integrar o patrimônio da Administração ou ficam à disposição permanente dos servidores, sem necessidade de pagamentos recorrentes;
- **Personalização:** possibilidade de inserir logomarca, identificação nominal ou outros elementos que reforcem a imagem institucional;
- **Controle total:** autonomia do órgão sobre qualidade, material e design dos uniformes;
- **Durabilidade:** uniformes confeccionados com tecidos de qualidade, como o brim, possuem vida útil prolongada, reduzindo a frequência de reposições.

Desvantagens:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- **Custo inicial elevado:** exige investimento orçamentário expressivo no momento da aquisição, sobretudo para grandes quantitativos;
- **Gestão de manutenção e troca:** necessidade de reposição periódica em razão de desgaste;
- **Armazenamento:** eventuais aquisições em maior volume podem demandar espaço físico para guarda.

Solução 2 – Locação de Uniformes

Vantagens:

- **Custo inicial reduzido:** pagamentos periódicos, geralmente mensais, facilitam o planejamento orçamentário;
- **Manutenção e limpeza incluídas:** responsabilidade da empresa locadora, assegurando uniformes em boas condições;
- **Troca facilitada:** substituição rápida em caso de desgaste ou avaria;
- **Logística simplificada:** a locadora cuida de entregas, coletas e manutenção, desonerando a Administração.

Desvantagens:

- **Custo contínuo:** ao longo do tempo, o valor da locação pode superar o da aquisição direta;
- **Menor controle de qualidade:** o órgão fica limitado ao padrão oferecido pela locadora;
- **Dependência de terceiros:** risco operacional em caso de falhas da empresa contratada;
- **Limitação de personalização:** restrições na inserção de logotipos, cores e design específicos.

Solução 3 – Subsídio ou Reembolso para Aquisição de Uniformes pelos Servidores

Vantagens:

- **Flexibilidade individual:** servidores escolhem modelo, fornecedor e ajustes conforme suas necessidades;
- **Incentivo à economia local:** possibilidade de contratação junto a pequenos fornecedores e comércios regionais;
- **Menor custo inicial para a Administração:** o órgão não precisa realizar grandes aquisições diretas.

Desvantagens:

- **Custo contínuo e variável:** dependente do número de servidores e da periodicidade do benefício;
- **Ausência de padronização:** risco de diversidade de modelos, tecidos e cores, comprometendo a identidade visual institucional;
- **Gestão administrativa do reembolso:** necessidade de controle e conferência de notas fiscais, aumentando a burocracia;
- **Possível desigualdade:** servidores com menor renda podem ter dificuldades em arcar com valores complementares.

Conclusão da Análise

Consideradas as alternativas apresentadas, a **aquisição direta de uniformes** revela-se a solução **mais adequada** ao interesse público, por assegurar:

- **Padronização visual**, indispensável para a identificação dos servidores e fortalecimento da imagem institucional;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- **Maior controle da Administração** quanto à qualidade, especificação técnica e durabilidade do material;
- **Segurança e conforto aos servidores**, especialmente em atividades que exigem proteção adicional;
- **Economia a médio e longo prazo**, uma vez que a durabilidade do tecido (brim) reduz a necessidade de reposições frequentes.

Para viabilizar essa solução, a modalidade de licitação mais indicada é o **pregão eletrônico, do tipo registro de preços**, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Essa forma de contratação proporciona:

- **Agilidade processual** e simplificação da tramitação;
- **Ampla competitividade**, garantindo a participação de maior número de fornecedores;
- **Redução de custos administrativos**, com padronização dos procedimentos;
- **Segurança jurídica**, pela conformidade com os princípios da economicidade, publicidade, eficiência e transparência;
- **Acesso facilitado de fornecedores de diferentes regiões**, ampliando a possibilidade de obtenção de propostas vantajosas em termos de preço e qualidade.

Portanto, o **Registro de Preços via pregão eletrônico** constitui a solução mais eficiente, econômica e juridicamente adequada para a contratação, garantindo a regularidade do fornecimento de uniformes e o pleno atendimento às necessidades da Administração Municipal.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para a elaboração da **estimativa de preços** desta contratação, procedeu-se à realização de pesquisa de mercado, em conformidade com o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Inicialmente, foram analisadas **contratações similares de outros órgãos e entidades públicas**. Contudo, verificou-se a inexistência de aquisições recentes e idênticas, não sendo possível utilizá-las como parâmetro direto de comparação.

Dessa forma, a pesquisa contemplou as seguintes fontes:

- **Sítios especializados no comércio eletrônico**, consultando fornecedores com atuação no mercado nacional;
- **Consulta pública** realizada no portal oficial do Município de Praia Grande, que possibilitou identificar práticas de contratação análogas e preços praticados em certames públicos;
- **Levantamento de fornecedores potenciais**, de modo a verificar a existência de ampla oferta de mercado, assegurando a competitividade.

A pesquisa de mercado permitiu aferir que há **quantidade significativa de possíveis fornecedores**, o que reforça a expectativa de **concorrência efetiva** no certame e, consequentemente, a obtenção de preços compatíveis com os valores praticados no setor privado.

O valor estimado da contratação será definido a partir da **média dos preços coletados**, desconsiderando-se valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa. Tal procedimento encontra respaldo no artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a adotar critérios objetivos e transparentes para a formação do preço de referência.

Assim, a estimativa de preços servirá como **parâmetro balizador para a licitação**, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e assegurando a adequada execução contratual.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	A	B	C
			QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BERMUDA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	1842	R\$ 125,00	R\$ 230.250,00
2	BERMUDA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante na mesma cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4340	R\$ 125,00	R\$ 542.500,00
3	CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	1842	R\$ 155,00	R\$ 285.510,00
4	CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4340	R\$ 155,00	R\$ 672.700,00
5	CAMISA COM MANGA COMPRIDA com gola italiana, sem punho, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, sem botão, em brim profissional 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, um bolso do lado esquerdo na cor Verde Bandeira também com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis e gola Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520	R\$ 135,00	R\$ 745.200,00
6	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, gola tipo italiana na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis. MANGA CURTA com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520	R\$ 125,00	R\$ 690.000,00
7	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, com gola tipo V na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis, SEM MANGA com mesmo acabamento do bolso nas cavas. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5520	R\$ 125,00	R\$ 690.000,00
8	MACACÃO INDUSTRIAL , em brim 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor azul marinho, código pantone 19-4010TPX, com o fechamento em zíper em metal frontal, manga comprida removível com fechamento em zíper reforçado, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas na altura do peito e nas duas pernas com neon de 50mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20mm na cor prata costurada centralizada. Na altura da lombar aplicação de elástico de 4 cm nas costas para maior flexibilidade. Deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos: P-M-G-GG-EG.	UNID.	350	R\$ 300,00	R\$ 105.000,00
VALOR TOTAL GERAL					R\$ 3.961.160,00

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Memorial De Cálculo

O valor total estimado será de **R\$ 3.961.160,00 (três milhões novecentos e sessenta e um mil e cento e sessenta reais)** de acordo com o cálculo abaixo:

$$V_{\text{total}} = \text{Soma dos valores totais de cada item (C)}$$

geral

$$C = A \times B$$

V_{total} = Valor total estimado da contratação (em Reais);
geral

A = Quantidade total do item correspondente

B = Valor unitário do item correspondente (em Reais);

C = Valor total do item correspondente (em Reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A **aquisição de uniformes** para os servidores que desempenham atividades de caráter operacional e braçal constitui medida indispensável para assegurar **segurança, conforto, saúde ocupacional e identidade institucional**.

Além da proteção contra agentes físicos e desgastes inerentes às atividades laborais, os uniformes contribuem para a **padronização visual**, facilitando a identificação dos servidores pela população e reforçando a imagem de organização, comprometimento e credibilidade da Administração Pública.

A utilização de uniformes padronizados também reflete em **benefícios diretos à coletividade**, pois:

- **Valoriza o trabalho dos servidores**, transmitindo profissionalismo e respeito ao cidadão;
- **Favorece a segurança** em atividades de risco, ao oferecer tecido mais resistente e adequado ao esforço físico e à exposição;
- **Promove a equidade** entre os servidores, garantindo condições uniformes de apresentação e proteção;
- **Melhora a eficiência e a qualidade do serviço público**, uma vez que trabalhadores devidamente equipados tendem a desempenhar suas funções com maior desempenho e confiança.

Do ponto de vista da gestão pública, a medida atende aos princípios da **planejamento, eficiência, economicidade, padronização e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021, ao alinhar a necessidade de proteção ao servidor com a otimização dos recursos orçamentários.

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico, na forma de registro de preços**, solução que garante:

- **Ampla competitividade**, com maior participação de fornecedores de diferentes regiões;
- **Agilidade e transparência**, em conformidade com as regras legais e regulatórias;
- **Economia de escala**, permitindo aquisições parceladas de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante;
- **Segurança jurídica**, pela aderência aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

Segue abaixo especificações detalhadas do objeto (uniformes):





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.
LOTE I	1 BERMUDA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	2 BERMUDA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante na mesma cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	3 CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	4 CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	5 CAMISA COM MANGA COMPRIDA com gola italiana, sem punho, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, sem botão, em brim profissional 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, um bolso do lado esquerdo na cor Verde Bandeira também com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis e gola Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	6 CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, gola tipo italiana na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis. MANGA CURTA com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	7 CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, com gola tipo V na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis, SEM MANGA com mesmo acabamento do bolso nas cavas. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.
	8 MACACÃO INDUSTRIAL , em brim 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor azul marinho, código pantone 19-4010TPX, com o fechamento em zíper em metal frontal, manga comprida removível com fechamento em zíper reforçado, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas na altura do peito e nas duas pernas com neon de 50mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20mm na cor prata costurada centralizada. Na altura da lombar aplicação de elástico de 4 cm nas costas para maior flexibilidade. Deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos: P-M-G-GG-EG.	UNID.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto será julgado **por lote**, sendo declarado vencedor o licitante responsável pelo fornecimento da totalidade do quantitativo licitado, com entregas fracionadas, conforme a necessidade da Prefeitura, durante o prazo contratual.

A opção pela aquisição de uniformes por lote, por meio de **pregão eletrônico na forma de registro de preços**, encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021 e representa uma **estratégia de gestão eficiente** que visa otimizar recursos, garantir padronização e assegurar previsibilidade orçamentária.

Fundamentação Técnica

- **Economia de Escala:** A aquisição em lote possibilita negociação em maior volume, o que tende a reduzir o custo unitário dos uniformes, garantindo melhor aproveitamento do orçamento e permitindo a obtenção de peças de maior qualidade a preços competitivos.
- **Planejamento e Organização:** O fornecimento por lote viabiliza a aquisição planejada e contínua, com entregas fracionadas, evitando riscos de desabastecimento e interrupções na distribuição de uniformes aos servidores.
- **Padronização e Consistência:** Ao contratar por lote, assegura-se que todos os servidores recebam uniformes idênticos em termos de material, design e qualidade, promovendo identidade institucional e eliminando discrepâncias no vestuário.
- **Redução de Custos Operacionais:** A concentração da aquisição em um único lote diminui os custos administrativos e logísticos associados a diversas compras menores (fretes, emissão de pedidos e trâmites internos), aumentando a eficiência processual.
- **Gestão Simplificada de Estoque:** A contratação em lote permite um controle de estoque mais ágil e preciso, simplificando a logística de recebimento e distribuição dos uniformes, bem como a reposição planejada.
- **Previsibilidade e Planejamento Orçamentário:** O valor global da contratação pode ser previamente projetado e incorporado ao orçamento anual, evitando surpresas financeiras e possibilitando uma gestão fiscal mais eficiente.
- **Fortalecimento da Relação com Fornecedores:** A aquisição em lote possibilita maior estabilidade contratual, criando parcerias consistentes com fornecedores e assegurando melhores condições de pagamento, prazos de entrega reduzidos e incremento na qualidade dos produtos fornecidos.

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA:

Opta-se pela licitação não diferenciada, medida necessária para garantir a uniformidade do fornecimento e a observância das especificações técnicas previamente definidas. Essa modalidade assegura que todos os uniformes fornecidos apresentem qualidade homogênea, evitando discrepâncias que possam comprometer a segurança, o conforto ou a durabilidade do vestuário.

A contratação nessa forma:

- Assegura conformidade com os padrões técnicos exigidos;
- Evita a fragmentação do objeto, que poderia gerar riscos de entregas heterogêneas;
- Garante previsibilidade na execução contratual, com uniformes iguais em design, resistência e acabamento;
- Reduz riscos de insatisfação dos servidores, evitando problemas relacionados ao desconforto ou inadequação do material às condições de trabalho.

Conclusão:

Diante do exposto, a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES POR LOTE, MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO E REGISTRO DE PREÇOS, EM LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**, configura-se como a solução mais vantajosa para a Administração Municipal. Essa forma de contratação:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- Garante padronização e qualidade uniforme;
- Otimiza os recursos financeiros pela economia de escala;
- Simplifica a gestão administrativa e logística;
- Assegura segurança jurídica e transparência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Tal escolha, além de atender ao interesse público, promove maior eficiência no uso do orçamento e garante melhores condições de trabalho aos servidores, refletindo em serviços prestados com mais qualidade e confiabilidade à população.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A futura contratação de uniformes, a ser realizada por **pregão eletrônico**, na forma de **registro de preços** e com julgamento **por lote**, tem como objetivo central promover condições adequadas de trabalho aos servidores, assegurando:

- **Eficiência e Eficácia:** servidores devidamente equipados, com vestuário padronizado e apropriado, poderão desempenhar suas funções com maior rendimento, reduzindo riscos de acidentes e aumentando a qualidade da prestação de serviços.
- **Conforto e Segurança:** os uniformes serão confeccionados conforme especificações técnicas, garantindo ergonomia, resistência e proteção em atividades de serviços braçais, o que contribui para a saúde ocupacional e a integridade física dos trabalhadores.
- **Economicidade e Racionalização dos Gastos:** a adoção da aquisição em lote, associada ao registro de preços, possibilita ganhos de escala, redução do custo unitário e simplificação dos processos de compra, diminuindo despesas administrativas e logísticas.
- **Sustentabilidade:** a aquisição centralizada evita compras fragmentadas e desperdícios, assegurando melhor planejamento de estoque e reduzindo impactos ambientais indiretos, uma vez que consolida entregas e otimiza recursos.
- **Qualidade dos Serviços Prestados:** servidores devidamente uniformizados transmitem profissionalismo e organização, refletindo em maior credibilidade junto à população e em serviços executados de forma mais eficiente e segura.
- **Previsibilidade e Continuidade do Fornecimento:** com o registro de preços, a Administração poderá realizar aquisições fracionadas ao longo do contrato, de acordo com a demanda, mantendo os estoques abastecidos e evitando desabastecimento que comprometa a continuidade do serviço público.

Dessa forma, a contratação proposta busca não apenas atender à **necessidade imediata de fornecimento de uniformes**, mas também contribuir para a **melhoria estrutural da gestão administrativa**, garantindo previsibilidade, transparência e conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

A adoção do **pregão eletrônico por lote com registro de preços** mostra-se a alternativa mais vantajosa e eficiente, pois conjuga **economia, competitividade, segurança jurídica e qualidade do fornecimento**, assegurando que os servidores disponham das condições adequadas para o exercício de suas atribuições e, conseqüentemente, que a população seja atendida com serviços públicos de maior qualidade.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Considerando que os uniformes a serem adquiridos são bens padronizados, prontos para uso e de caráter individual, não se faz necessária a realização de adequações de infraestrutura, tampouco a contratação de serviços acessórios ou complementares para a utilização do objeto.

A Administração deverá apenas observar, previamente à formalização do contrato, as seguintes providências administrativas:

- **Definição das especificações técnicas** dos uniformes, de modo a assegurar padronização, durabilidade, conforto e segurança aos servidores, em conformidade com a legislação trabalhista e de saúde ocupacional aplicável;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- **Adoção de critérios de julgamento por lote**, garantindo padronização e uniformidade no fornecimento;
- **Planejamento logístico para recebimento e distribuição** dos uniformes, de acordo com as demandas dos setores envolvidos, evitando atrasos e descontinuidade no fornecimento;
- **Reserva orçamentária** em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a disponibilidade de recursos para a contratação;
- **Registro da demanda em ata de registro de preços**, possibilitando aquisições futuras de forma fracionada e conforme a necessidade da Administração, garantindo economicidade e previsibilidade no fornecimento.

Portanto, as providências prévias restringem-se à adequada instrução processual, definição das especificações técnicas, reserva orçamentária e planejamento logístico, não havendo necessidade de adaptações estruturais ou contratações adicionais para a execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Após análise da natureza do objeto pretendido, conclui-se que **não há interdependência com outras contratações** que condicionem ou comprometam a plena execução da presente aquisição. Os uniformes, uma vez adquiridos, estarão aptos a atender integralmente ao interesse público identificado neste Estudo Técnico Preliminar, não havendo necessidade de aquisição de bens ou serviços complementares para sua efetiva utilização.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os uniformes a serem adquiridos apresentam **baixos impactos ambientais** em sua produção, uso e descarte. Todavia, em observância aos princípios da **sustentabilidade previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração reconhece a importância do manejo adequado dos resíduos gerados.

Assim, as peças inutilizadas ou descartadas deverão ter **destinação final ambientalmente correta**, conforme a classificação estabelecida no **Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos** e em conformidade com a legislação ambiental vigente. Tal medida visa minimizar impactos ambientais e contribuir para a promoção de políticas públicas sustentáveis.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente **Estudo Técnico Preliminar** evidencia que a contratação da solução proposta é **técnica, econômica e ambientalmente viável**, atendendo às necessidades da Administração Pública.

A adoção da modalidade **Pregão Eletrônico, em regime de Registro de Preços, por lote**, revela-se a forma mais adequada, uma vez que:

- Garante maior **competitividade e transparência**, ampliando o número de fornecedores participantes;
- Possibilita **entregas parceladas** conforme a demanda administrativa, evitando sobrecarga de estoque e otimizando recursos públicos;
- Assegura **padronização e qualidade uniforme** do material fornecido, elemento essencial para a imagem institucional e para a segurança dos servidores;
- Permite **planejamento orçamentário e gestão eficiente**, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, **DECLARA-SE VIÁVEL a contratação pretendida**, estando devidamente fundamentada nos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e ambientais exigidos pela legislação vigente.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do ANEXO I – Figura 1



ITEM 1-2 – BERMUDA FEMININO EM BRIM
ITEM 3-4 – BERMUDA MASCULINO EM BRIM





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do Anexo I – Figura 2



ITEM 5-6 – CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM
ITEM 7-8 – CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do Anexo I – Figura 3



ITEM 9-10 – CAMISA MANGA COMPRIDA EM BRIM





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do Anexo I – Figura 4



ITEM 11-12 – CAMISA MANGA CURTA EM BRIM





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do Anexo I – Figura 5



ITEM 13-14 – CAMISA SEM MANGA





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3º Apêndice do Anexo I – Figura 6



ITEM 15-16 – MACACÃO INDUSTRIAL EM BRIM

4º Apêndice do ANEXO I – TABELA DE MEDIDAS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1. TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇA INFERIOR MASCULINA													
TAMANHOS		PP		P		M		G		GG		EG	
		1		2		3		4		5		6	
		34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
	TOLERÂNCIA												
CINTURA NORMAL	± 1	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
CINTURA ½ ELÁSTICO ESTICADO	± 1	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
CINT. ELÁS. TOTAL ESTICADO	± 1	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64
QUADRIL	± 1	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
COXA	± 1	29,5	30,5	31,5	32,5	33,5	34,5	35,5	36,5	37,5	38,5	39,5	40,5
ENTREPERNA CALÇA	± 1	80	80	82	82	82	82	82	82	82	82	82	82
ENTREPERNA BERMUDA	± 1	24,5	24,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5
COMPRIMENTO CALÇA	± 1	102	104	107	107	108	108	109	109	110	110	110	110
COMPRIMENTO BERMUDA	± 1	46,5	47	49,5	50	50,5	51	51,5	52	52,5	53	53	53

2. TABELA DE MEDIDA PARA PEÇA INFERIOR FEMININA													
TAMANHOS		PP		P		M		G		GG		EG	
		1		2		3		4		5		6	
		36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
	TOLERÂNCIA												
CINTURA NORMAL	± 1	33	35	37	39	41	43	45	47	49	51	53	55
CINTURA ½ ELÁSTICO ESTICADO	± 1	37	39	41	43	45	47	49	51	53	55	57	59
CINT. ELÁS. TOTAL ESTICADO	± 1	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
QUADRIL	± 1	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68
COXA	± 1	30	30,5	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41
ENTREPERNAS CALÇA	± 1	82	81,5	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83
ENTREPERNAS BERMUDA	± 1	24	23,5	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
COMPRIMENTO CALÇA	± 1	102	103	104	105	105	106	106	107	107	108	108	108
COMPRIMENTO BERMUDA	± 1	46	46	49	49	50	50	51	51	52	52	52	52

3. TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇA SUPERIOR													
MEDIDAS DO COLARINHO		36		38		40		42		44		46	
TAMANHOS		PP		P		M		G		GG		EG	
		1		2		3		4		5		6	
		40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62
	TOLERÂNCIA												
TORAX	± 1	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
ESPALDA	± 1	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54
CONTORNO DE CAVA	± 1	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61
MANGA CURTA	± 0,5	23,5	24	24,5	25,5	26	27	27	28	28	28	28	28
M/LONGA S/PUNHO	± 1	58	58,5	59	59,5	60	61	61	62	62	62,5	62,5	62,5
COMPR. CAMISA	± 1	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	79	79

4. TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇA PRONTA MACACÃO											
TAMANHOS		P		M		G		GG		EG	
	TOLERÂNCIA	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62
TÓRAX	± 1	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
ESPALDA	± 1	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54
CONTORNO DE CAVA	± 1	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61
COMPR. M/LONGA	± 1	58	58,5	59	59,5	60	60,5	61	61,5	62	62
ENTREPERNA	± 1	76	76	76	76	76	76	76	76	76	76
COMPRIM. TOTAL	± 5 , 1	156	158	159	161	162	164	165	167	168	169





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	448854	BERMUDA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	1.842			
2	448854	BERMUDA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com cós e elástico atrás, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, fechamento com ZIPER reforçado com 7 passantes com botão de 4 furos na cor do tecido para fechamento de cós, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante na mesma cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4.340			
3	610471	CALÇA MODELO FEMININO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no cós, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com	UNID.	1.842			



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK3OB/4
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.					
4	610470	CALÇA MODELO MASCULINO EM BRIM 100% algodão gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, sarja 3/1 na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com elástico total no có, fechamento lateral com três costuras, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos. Com reforço no gancho com costura quadriculada e joelhos com sobreposição no mesmo tecido com costura quadriculada e reforçadas com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas nas duas pernas com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	4.340			
5	477854	CAMISA COM MANGA COMPRIDA com gola italiana, sem punho, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, sem botão, em brim profissional 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, um bolso do lado esquerdo na cor Verde Bandeira também com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis e gola Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5.520			
6	471311	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor	UNID.	5.520			

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, gola tipo italiana na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis. MANGA CURTA com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.					
7	471310	CAMISA EM BRIM 100% algodão sarja 3/1 e gramatura 260 gr/m2, +/- 5%, na cor Verde Bandeira, código pantone 18-5841TCX, com gola tipo V na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com um bolso no lado esquerdo com tarja na cor Azul marinho noite, código pantone 19-3925TCX, com travete nos pontos vulneráveis, SEM MANGA com mesmo acabamento do bolso nas cavas. Com faixas na altura do peito com neon de 50 mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20 mm cor prata costurada centralizada. No bolso deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos PP-P-M-G-GG-EG.	UNID.	5.520			
8	314887	MACACÃO INDUSTRIAL , em brim 100% algodão gramatura 260 gr/m², +/- 5%, sarja 3/1 na cor azul marinho, código pantone 19-4010TPX, com o fechamento em zíper em metal frontal, manga comprida removível com fechamento em zíper reforçado, com dois bolsos traseiros chapados externos e dois bolsos dianteiros chapados externos, com reforço no gancho com costura quadriculada. Com travetes nos pontos vulneráveis. Com faixas na altura do peito e nas duas pernas com neon de 50mm com aplicação de 1 faixa em tecido refletivo (NBR 15292) de 20mm na cor prata costurada centralizada. Na altura da lombar aplicação de elástico de 4 cm nas costas para maior flexibilidade. Deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca e logo abaixo deverá constar por completo o nome da secretaria requisitante com a sua cor determinada. A cor e os logos poderão	UNID.	350			

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74

Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		ser alterados conforme a necessidade da administração. Nos tamanhos: P-M-G-GG-EG.					
VALOR GLOBAL							

Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.

Praia Grande, ____ de ____ de 2026.

Razão Social da empresa proponente
CNPJ:

Assinatura do representante legal Cargo:
Carteira de identidade nº:
CPF:

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK6OB74.
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ATA XXX/2026

TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXXXXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do Artigo 78º, inciso XXXVII e **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2025 neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº 068/2026, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no de/...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa, CNPJ sob nº, com sede na, nº, -, CEP, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor, RG nº, CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **1280/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo I do edital de Licitação nº 068/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – **SESURB**.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços as demais Secretarias elencadas do Termo de Referência.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YK4SBJD GSKG0B74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta*;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Termo de Referência*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo *ao edital ou aviso de contratação direta*.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

11.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURICIO DA SILVA PETIZ

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

Representante legal da DETENTORA

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº 1280/2024

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalextermo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do Artigo 78º, inciso XXXVII e **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2026, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **1280/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Registro de Preços **068/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE BRIM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE CAMPO**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					
VALOR TOTAL					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta da CONTRATADA; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **(DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar à CONTRATADA sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. A contratada deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.1.13.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT)

8.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "10.1.2. a 10.1.4" do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "10.1.5 a 10.1.8" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "10.1.2. a 10.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

10.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.2.1. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4.2.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021) .

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YR4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

10.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isto ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133 de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE DOS RECURSOS
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.01	FEDERAL (Repasse Obrigatório)
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2408/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

17.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURICIO DA SILVA PETIZ

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº 1280/2024

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO V – CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanele o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.termo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código: MARB55CMKEDRKE7T YRX45D5D 63K50B74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.



Verificação de assinatura

Código de verificação:

M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por MAURICIO DA SILVA PETIZ, CPF: 032.164.678-99, em: 22/05/2026 13:49:24



Assinado digitalmente por SORAIA MOURAO MILAN, CPF: 134.045.568-44, em: 22/05/2026 14:40:02



Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, CPF: 199.354.948-02, em: 22/05/2026 17:59:42

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código M3REB5CM KEDRKE7T YRX4SDJD GSK5OB74
Assinado por: MAURICIO DA SILVA PETIZ, SORAIA MOURAO MILAN e PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.

